Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE

doi.org/10.51891/rease.v12i11.32143

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA Á VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

THE ROLE OF THE NURSE IN THE PREVENTION OF AND CARE REGARDING OBSTETRIC VIOLENCE

ACTUACIÓN DEL ENFERMERO EN LA PREVENCIÓN Y ASISTENCIA FRENTE A LA VIOLENCIA OBSTÉTRICA

Maria Luísa Rodrigues Ximenes[1]
Erlayne Camapum Brandão[2]

RESUMO: A violência obstétrica configura-se como uma grave violação dos direitos humanos e da dignidade feminina, tornando a assistência de enfermagem fundamental para garantir um cuidado seguro, respeitoso e humanizado durante o parto. O objetivo deste estudo é descrever a atuação do enfermeiro na prevenção e assistência frente à violência obstétrica. Revisão bibliográfica narrativa, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, realizada nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico, abrangendo publicações entre 2015 e 2025. De um levantamento inicial de 739 registros, 27 foram avaliados na íntegra e 10 artigos científicos compuseram a amostra final sintetizada. Os estudos apontam que a violência obstétrica se manifesta predominantemente por meio de intervenções desnecessárias, negligência assistencial, comunicação violenta e desrespeito à autonomia da parturiente. A atuação do enfermeiro destaca-se pelo acolhimento, escuta qualificada, aplicação de métodos não farmacológicos para alívio da dor, promoção de orientações educativas e defesa dos direitos e do protagonismo feminino no processo de parto e nascimento. Evidencia-se o papel estratégico e transformador da enfermagem na desconstrução de práticas intervencionistas e na consolidação da assistência humanizada. Torna-se premente o fortalecimento da formação ética e técnica dos profissionais, bem como a adequação estrutural dos serviços de saúde para assegurar um cuidado seguro, empático e centrado na mulher.

Palavras-chave: Violência obstétrica. Cuidados de enfermagem. Humanização do parto. Saúde da mulher.

ABSTRACT: Obstetric violence is a serious violation of human rights and female dignity, making nursing care essential to ensure safe, respectful, and humanized care during childbirth. The objective of this study is to describe the role of nurses in the prevention of and care regarding obstetric violence. This is a narrative literature review with a qualitative approach and descriptive nature, conducted in the Virtual Health Library (VHL) and Google Scholar databases, covering publications between 2015 and 2025. From an initial survey of 739 records, 27 were evaluated in full, and 10 scientific articles comprised the final synthesized sample. The studies indicate that obstetric violence manifests primarily through unnecessary interventions, care negligence, violent communication, and disrespect for the parturient woman's autonomy. The nurse's role stands out through welcoming care, qualified listening, the application of non-pharmacological methods for pain relief, educational guidance, and advocacy for women's rights and empowerment throughout labor and birth. The strategic and transformative role of nursing in deconstructing interventionist practices and consolidating humanized care is highlighted. Strengthening the ethical and technical training of professionals, as well as the structural adequacy of health services, is essential to ensure safe, empathetic, and woman-centered care.

Keywords: Obstetric violence. Nursing care. Humanizing delivery. Women's health.

[1]Graduanda em Enfermagem. Centro Universitário IESB.
[2]Orientadora. Enfermeira, Mestre em Enfermagem pela Universidade de Brasília (UnB). Centro Universitário IESB.

RESUMEN: La violencia obstétrica constituye una grave violación de los derechos humanos y de la dignidad femenina, haciendo que la atención de enfermería sea fundamental para garantizar un cuidado seguro, respetuoso y humanizado durante el parto. El objetivo de este estudio es describir la actuación del enfermero en la prevención y asistencia frente a la violencia obstétrica. Se trata de una revisión bibliográfica narrativa, de enfoque cualitativo y carácter descriptivo, realizada en las bases de datos Biblioteca Virtual en Salud (BVS) y Google Académico, que abarca publicaciones entre 2015 y 2025. De una búsqueda inicial de 739 registros, 27 fueron evaluados a texto completo y 10 artículos científicos conformaron la muestra final sintetizada. Los estudios señalan que la violencia obstétrica se manifiesta predominantemente mediante intervenciones innecesarias, negligencia asistencial, comunicación violenta y desrespeto a la autonomía de la parturienta. La actuación del enfermero se destaca por la acogida, la escucha cualificada, la aplicación de métodos no farmacológicos para el alivio del dolor, la orientación educativa y la defensa de los derechos y del protagonismo femenino en el proceso de parto y nacimiento. Se evidencia el rol estratégico y transformador de la enfermería en la deconstrucción de prácticas intervencionistas y en la consolidación de la asistencia humanizada. Resulta indispensable fortalecer la formación ética y técnica de los profesionales, así como la adecuação estructural de los servicios de salud para garantizar un cuidado seguro, empático y centrado en la mujer.

Palabras clave: Violencia obstétrica. Atención de enfermeira. Parto humanizado. Salud de la mujer.

INTRODUÇÃO

A atenção à saúde da mulher na gravidez e após o nascimento do bebê deve seguir diretrizes de acolhimento, dignidade, ética profissional e respeito aos direitos. Mas não é raro encontrar condutas prejudiciais no atendimento ao parto, ou que configurem violência obstétrica. A violência obstétrica são atos ou negligências que causam danos físicos, mentais ou emocionais à mulher durante o atendimento (Diniz et al., 2015).

Recentemente, a violência obstétrica tornou-se mais evidente, tanto em mobilizações sociais quanto em estudos e ações governamentais, sendo vista como uma questão de saúde coletiva. É um assunto delicado, que abrange diversas formas de expressão e consequências para o bem-estar da mulher, e também está ligado à capacitação dos profissionais e à estrutura dos serviços de saúde (Diniz et al., 2015).

Entre as principais formas de violência obstétrica estão os procedimentos realizados sem necessidade ou sem o consentimento da mulher, como a episiotomia sem indicação adequada, o uso excessivo de ocitocina, além de agressões verbais, falta de informações e atitudes desrespeitosas durante o atendimento (Souza; Gualda, 2016). Essas situações podem prejudicar a experiência do parto e fazer com que a mulher se sinta insegura e sem autonomia sobre seu próprio corpo. No Brasil, estudos mostram que muitas mulheres ainda passam por situações em que não recebem orientações adequadas ou não participam das decisões relacionadas aos

procedimentos realizados durante o parto. Leal et al. (2014) apontam que um número significativo de mulheres brasileiras relata não ter recebido informações adequadas ou não ter consentido com os procedimentos realizados durante o parto. Isso mostra falhas na assistência e a necessidade de mudar as práticas.

No mundo, Bohren et al. (2015) Identificaram que, em muitos paises, as gestantes sofreram tratamento desrespeitoso, agressões verbais, falta de atenção e intervenções não autorizadas durante o nascimento de seus filhos, mostrando a dimensão global da violência obstétrica.

Além disso, o uso excessivo de intervenções médicas no parto piora essa situação, dando mais importância aos procedimentos técnicos do acolhimento e cuidado da mulher. Identificaram que mulheres em vários países sofreram desrespeito, abuso verbal, negligência e realização de procedimentos sem consentimento durante o parto, o que confirma que a violência obstétrica é um problema global.

Além disso, a medicalização excessiva do parto contribui para a violência, priorizando técnicas em vez do cuidado humano (Diniz et al., 2015). Muitas práticas são comuns, sem base em evidências científicas atuais. A violência obstétrica traz graves consequências à saúde física e emocional da mulher. Experiências ruins no parto estão ligados a traumas, ansiedade e medo de novas gestações (Bohren et al., 2015). A qualidade do cuidado é vital para o bem-estar materno.

Nesse contexto, o enfermeiro tem um papel importante para oferecer um cuidado humano e sem violência. A enfermagem obstétrica valoriza a mulher, suas escolhas e práticas baseadas em evidências (Organização Mundial da Saúde, 2018). O enfermeiro também acolhe, ouve e apoia emocionalmente, melhorando a experiência do parto e prevenindo a violência (Souza; Gualda, 2016).

Além disso, é importante considerar que a humanização da assistência ao parto vai além da ausência de intervenções desnecessárias. Significa também respeitar as escolhas da mulher, à sua individualidade e ao seu ambiente social. Um cuidado acolhedor, com escuta ativa e apoio contínuo, melhora significativamente a experiência do parto e ajuda a reduzir a violência obstétrica.

Mediante o exposto, o presente trabalho tem como objetivo geral descrever a atuação do enfermeiro na prevenção e assistência frente à violência obstétrica. De forma específica, busca-se identificar as principais formas de violência obstétrica na assistência à saúde da mulher, além

de descrever as práticas e intervenções de enfermagem voltadas à humanização do parto e nascimento.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, fundamentada na análise das produções científicas sobre a atuação do enfermeiro na prevenção e assistência frente à violência obstétrica. A opção pelo delineamento narrativo justifica-se por permitir uma análise crítica, reflexiva e contextualizada do fenômeno investigado, proporcionando uma compreensão abrangente do tema na literatura sem as limitações estatísticas de uma revisão sistemática (Rother, 2007).

Esclarece-se que, embora o modelo narrativo confira flexibilidade interpretativa e teórica, optou-se por incorporar procedimentos metodológicos estruturados, como delimitação rigorosa de critérios de elegibilidade (inclusão e exclusão), estratégia de busca com operadores booleanos, seleção sistematizada em etapas e mapeamento em fluxograma, com o objetivo de conferir transparência, rigor acadêmico e reprodutibilidade ao levantamento e à síntese dos dados.

O levantamento bibliográfico foi realizado mediante buscas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e no Google Acadêmico. Para estruturar a estratégia de busca, foram empregados descritores em português e inglês, combinados por operadores booleanos: (“violência obstétrica” OR “obstetric violence”) AND (“assistência de enfermagem” OR “nursing care”) AND (“humanização do parto” OR “humanized childbirth”) AND (“saúde da mulher” OR “women’s health”).

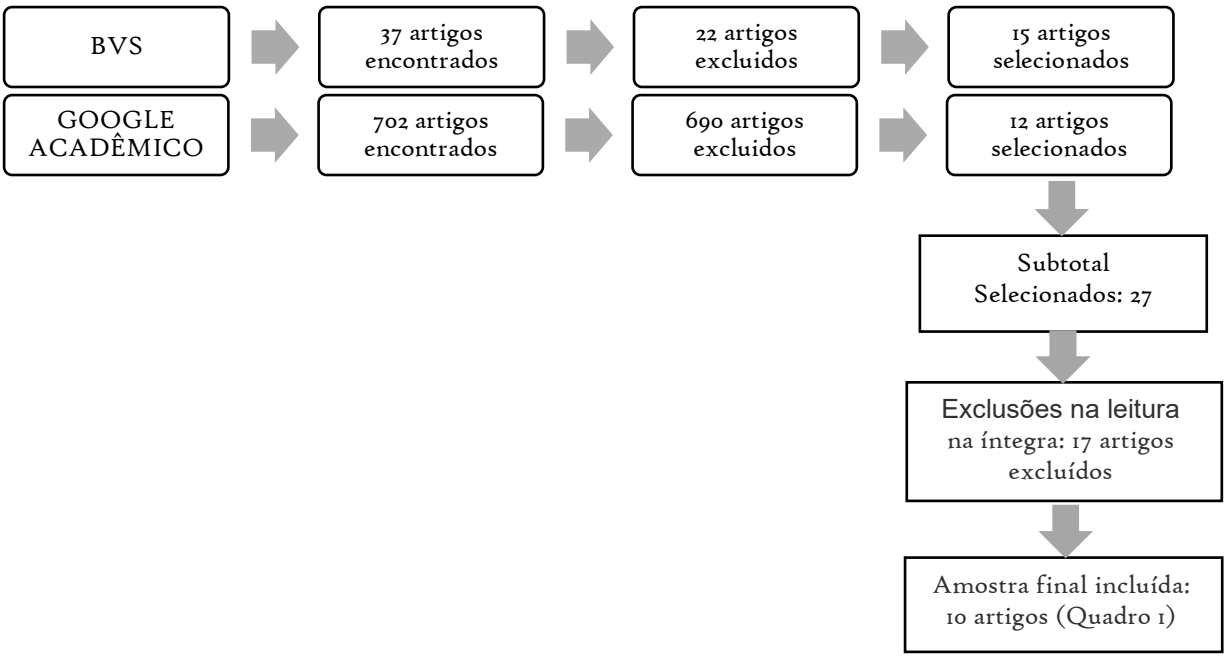
Estabeleceram-se como critérios de inclusão: artigos científicos completos, disponíveis gratuitamente na íntegra, publicados entre os anos de 2015 e 2025 nos idiomas português e inglês, que abordassem diretamente a atuação do enfermeiro na prevenção e na assistência frente à violência obstétrica. Foram excluídos registros duplicados, artigos com acesso restrito ou pago, publicações fora do recorte temporal e estudos sem aderência direta à temática. Foram desconsideradas, ainda, produções como monografias, dissertações, teses e resumos de congressos.

O processo de seleção da literatura iniciou-se com a identificação de 739 publicações (37 na BVS e 702 no Google Acadêmico). Na primeira etapa de triagem, realizou-se a remoção de duplicidades e a leitura exploratória de títulos e resumos. Nessa fase, a maior parcela dos registros, sobretudo no Google Acadêmico, foi descartada por consistir em literatura

cinzenta ou por não apresentar interface com o cuidado de enfermagem. A partir desse filtro preliminar, 27 artigos foram selecionados para leitura minuciosa na íntegra, dos quais 17 foram posteriormente excluídos por inacessibilidade gratuita, enfoque estritamente médico sem articulação com a assistência de enfermagem ou inadequação temporal. Dessa forma, a amostra final foi constituída por 10 artigos científicos.

Para a organização e o tratamento dos dados, as informações extraídas dos 10 estudos selecionados foram sistematizadas no Quadro 1, considerando as seguintes variáveis: autor e ano de publicação, título do trabalho, método empregado e objetivo principal. A síntese dos achados foi desenvolvida de forma descritiva, permitindo comparar os dados da literatura e discutir a atuação, as práticas e os desafios da enfermagem no enfrentamento à violência obstétrica.

Fluxograma do processo de seleção dos artigos aplicados aos critérios de exclusão.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

RESULTADOS

Foram selecionados 10 artigos para compor a amostra, os quais abordam como tema a atuação do enfermeiro na prevenção e assistência frente à violência obstétrica. O Quadro 1 sintetiza os estudos selecionados organizados em ordem cronológica de publicação (do mais antigo para o mais recente), de acordo com autor e ano, título do trabalho, método empregado e objetivos. No que se refere ao delineamento metodológico dos estudos, prevaleceram as

revisões de literatura (com destaque para as revisões integrativas), além de pesquisas de abordagem qualitativa descritiva e exploratória, sendo todos os artigos publicados entre os anos de 2018 e 2025.

Quadro 1 – Caracterização dos estudos selecionados.

AUTOR/ANO	TITULO DO TRABALHO	MÉTODO	ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO E ASSISTÊNCIA FRENTE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA
Leal et al. (2018)	Percepção da enfermeira obstetra acerca da violência obstétrica	Estudo exploratório, abordagem qualitativa	Identificar práticas inadequadas durante o parto, respeitar a autonomia da mulher e evitar intervenções desnecessárias, contribuindo para uma assistência mais segura e humanizada..
Moura et al. (2018)	Cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica	Revisão de literatura	Orientar a gestante sobre seus direitos, oferecer apoio emocional e utilizar métodos não farmacológicos para aliviar a dor. O estudo destaca a importância do acolhimento e do respeito às escolhas da mulher.
Dantas et al. (2019)	O papel do enfermeiro frente à violência obstétrica	Revisão integrativa de literatura	Orientar a gestante desde o pré-natal, esclarecer os procedimentos, garantir a presença do acompanhante e preservar sua privacidade. O estudo destaca essas medidas como importantes para prevenir situações de violência..
Melo et al. (2020)	Assistência de enfermagem frente à violência obstétrica: um enfoque nos aspectos físicos e psicológicos	Revisão integrativa de literatura, abordagem qualitativa	Reconhecer situações de violência física e psicológica, acolher as mulheres e oferecer apoio emocional. O estudo ressalta a importância da assistência humanizada para evitar práticas que possam causar danos à mulher.

Veloso et al. (2020)	Atuação dos profissionais de saúde e o processo de humanização no centro obstétrico	Estudo descritivo, abordagem qualitativa	Promover o acolhimento humanizado, respeitar as necessidades da parturiente e evitar condutas desrespeitosas. O estudo destaca a necessidade de melhorar as práticas assistenciais e oferecer cuidados baseados em evidências científicas.
Brandão et al. (2022)	Atuação do enfermeiro obstetra na prevenção da violência obstétrica	Revisão integrativa de literatura	Orientar a mulher sobre seus direitos, realizar escuta ativa, oferecer apoio físico e emocional e respeitar suas decisões. O estudo destaca essas ações como estratégias importantes para prevenir a violência obstétrica.
Mesquita et al. (2024)	Parto humanizado: o papel da enfermagem na prevenção da violência obstétrica	Revisão de literatura	Identificar práticas abusivas, respeitar as escolhas da mulher e evitar intervenções sem indicação clínica. O estudo ressalta a importância do conhecimento profissional e da humanização do cuidado.
Santos e Rosa (2024)	A percepção do enfermeiro frente à prevenção e aos impactos referente à violência obstétrica	Revisão de literatura	Reconhecer situações de violência obstétrica, orientar as gestantes sobre seus direitos e oferecer apoio emocional. O estudo destaca a capacitação profissional e a comunicação como medidas importantes para a prevenção.
Anjos, Araújo e Lopes (2025)	A assistência de enfermagem na prevenção da violência obstétrica	Revisão integrativa de literatura	Estabelecer uma comunicação clara, ouvir as necessidades da gestante e oferecer acolhimento contínuo. O estudo destaca a importância da empatia e da atualização profissional para prevenir práticas desrespeitosas.

Gomes et al. (2025)	Violência obstétrica no cenário hospitalar: revisão integrativa	Revisão integrativa de literatura	Reconhecer situações de violência física, psicológica, verbal e institucional, valorizar os relatos das mulheres e promover uma assistência respeitosa. O estudo aponta a necessidade de melhorar as práticas profissionais no ambiente hospitalar.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

DISCUSSÃO

A análise dos artigos selecionados mostra que a violência obstétrica pode ocorrer de diferentes formas durante a assistência à mulher, incluindo agressões verbais, procedimentos realizados sem consentimento, negligência e desrespeito às suas decisões. Essas situações podem acontecer durante a gestação, o parto e o pós-parto, comprometendo tanto a saúde física quanto o bem-estar emocional da mulher. Gomes et al. (2025) abordam diferentes manifestações da violência obstétrica no ambiente hospitalar, enquanto Dantas et al. (2019) destacam que essas práticas também estão relacionadas à falta de informação e à realização de intervenções desnecessárias. Diante disso, é importante que os profissionais de enfermagem reconheçam essas situações e adotem cuidados que respeitem os direitos da gestante.

Entre as formas de violência discutidas nos estudos, destacam-se as agressões verbais, os procedimentos invasivos sem necessidade e as atitudes que desconsideram a vontade da parturiente. Dantas et al. (2019) mencionam práticas como a realização de episiotomia sem consentimento, a utilização de intervenções para acelerar o parto sem indicação adequada e a restrição da presença do acompanhante. Essas situações mostram que a violência obstétrica não se limita à agressão física, podendo estar presente também na forma como o atendimento é organizado e na relação entre os profissionais e a mulher. Nesse sentido, Leal et al. (2018), ao investigarem a percepção de enfermeiras obstetras, identificaram dificuldades no reconhecimento de determinadas práticas violentas, o que demonstra a necessidade de ampliar a discussão sobre o tema entre os profissionais.

A orientação durante o pré-natal aparece como uma das medidas importantes para a prevenção da violência obstétrica. Dantas et al. (2019) destacam que informar a gestante sobre seus direitos, explicar os procedimentos e esclarecer dúvidas são cuidados que devem fazer parte da assistência. De maneira semelhante, Brandão et al. (2022) apontam a orientação e a

escuta ativa como estratégias importantes na atuação do enfermeiro obstetra. Esses estudos se aproximam ao mostrar que a informação permite à mulher compreender melhor o atendimento e participar das decisões relacionadas ao próprio corpo. Além disso, o conhecimento sobre seus direitos pode ajudá-la a reconhecer situações de desrespeito durante a assistência.

Durante o trabalho de parto, a atuação do enfermeiro também envolve cuidados voltados ao conforto, à segurança e ao respeito às necessidades da parturiente. Moura et al. (2018) destacam medidas como oferecer apoio emocional, esclarecer dúvidas e proporcionar condições adequadas para o parto, respeitando as escolhas da mulher. Veloso et al. (2020) também discutem a importância da humanização no centro obstétrico e da adoção de práticas assistenciais que considerem as necessidades da paciente. Ao relacionar esses estudos, observa-se que a prevenção da violência obstétrica envolve tanto a maneira como a mulher é acolhida quanto os cuidados realizados durante o atendimento.

Outro aspecto importante é o respeito à autonomia da mulher. A realização de procedimentos sem explicação ou consentimento pode comprometer sua participação nas decisões sobre o parto. Brandão et al. (2022) destacam a importância de respeitar as escolhas da parturiente e oferecer informações claras sobre a assistência. Mesquita et al. (2024) também abordam a necessidade de evitar intervenções desnecessárias e valorizar práticas humanizadas. Dessa forma, os estudos indicam que o enfermeiro deve considerar as condições clínicas da mulher, mas também ouvir suas preferências e explicar os cuidados que serão realizados.

A assistência às mulheres que sofreram violência obstétrica também merece atenção, principalmente pelas possíveis consequências físicas e psicológicas dessas experiências. Melo et al. (2020) abordam esses aspectos, ressaltando a importância de uma assistência que considere as necessidades da mulher. Nesse contexto, o enfermeiro deve acolher o relato da paciente, observar possíveis sinais de sofrimento e oferecer apoio durante o atendimento. Quando necessário, a mulher também deve ser encaminhada para outros profissionais, de acordo com suas necessidades. Essas medidas são importantes para que a assistência não se limite aos cuidados físicos, mas considere também os efeitos emocionais da violência.

A falta de conhecimento sobre a violência obstétrica é outra questão presente na literatura. Leal et al. (2018) identificaram que determinadas práticas não eram reconhecidas como violência pelas enfermeiras obstetras participantes do estudo. Santos et al. (2024) também abordam a importância da formação profissional e da educação em saúde, apresentando materiais educativos destinados às gestantes e aos enfermeiros. Esses resultados mostram que

a capacitação é necessária para que os profissionais compreendam melhor as diferentes formas de violência e saibam reconhecer situações inadequadas durante o atendimento.

Essa necessidade de preparo profissional também é discutida por Mesquita et al. (2024) e Anjos, Araújo e Lopes (2025), que destacam a importância do conhecimento técnico, da comunicação e da educação permanente. Embora os estudos tenham enfoques diferentes, ambos apontam a necessidade de melhorar as práticas de assistência à mulher. Isso demonstra que a prevenção da violência obstétrica não depende apenas da atitude individual do enfermeiro, mas também de condições que favoreçam a atualização profissional e a realização de um cuidado respeitoso.

Ao comparar os estudos, observa-se que a orientação, o respeito à autonomia e o acolhimento são medidas frequentemente apontadas na prevenção da violência obstétrica. Entretanto, os artigos apresentam contribuições diferentes para a compreensão do problema. Enquanto Gomes et al. (2025) discutem as manifestações da violência no ambiente hospitalar, Leal et al. (2018) chamam atenção para as dificuldades dos profissionais em reconhecer determinadas práticas. Já Moura et al. (2018), Dantas et al. (2019) e Brandão et al. (2022) apresentam cuidados que podem ser adotados durante a assistência. Essas diferenças mostram que o enfrentamento da violência obstétrica envolve reconhecer o problema, prevenir situações de desrespeito e oferecer assistência adequada às mulheres.

É importante destacar que a maioria dos estudos analisados apresenta revisões de literatura e discussões sobre práticas recomendadas para melhorar a assistência. Dessa forma, embora os autores apontem medidas importantes para a prevenção da violência obstétrica, os resultados não permitem afirmar que essas ações, isoladamente, produziram uma redução comprovada dos casos. Ainda assim, os trabalhos contribuem para identificar condutas que devem ser valorizadas e dificuldades que precisam ser enfrentadas pelos profissionais e serviços de saúde.

Diante dos resultados encontrados, percebe-se que a atuação do enfermeiro na prevenção e assistência frente à violência obstétrica envolve diferentes momentos do cuidado. Durante o pré-natal, destaca-se a orientação sobre os direitos e os procedimentos relacionados ao parto. No atendimento à parturiente, são importantes o respeito às decisões, a comunicação e a prevenção de intervenções desnecessárias. Já na assistência às mulheres que sofreram violência, o acolhimento e a atenção às consequências físicas e emocionais devem fazer parte do cuidado. Assim, os estudos analisados reforçam a importância de uma assistência que

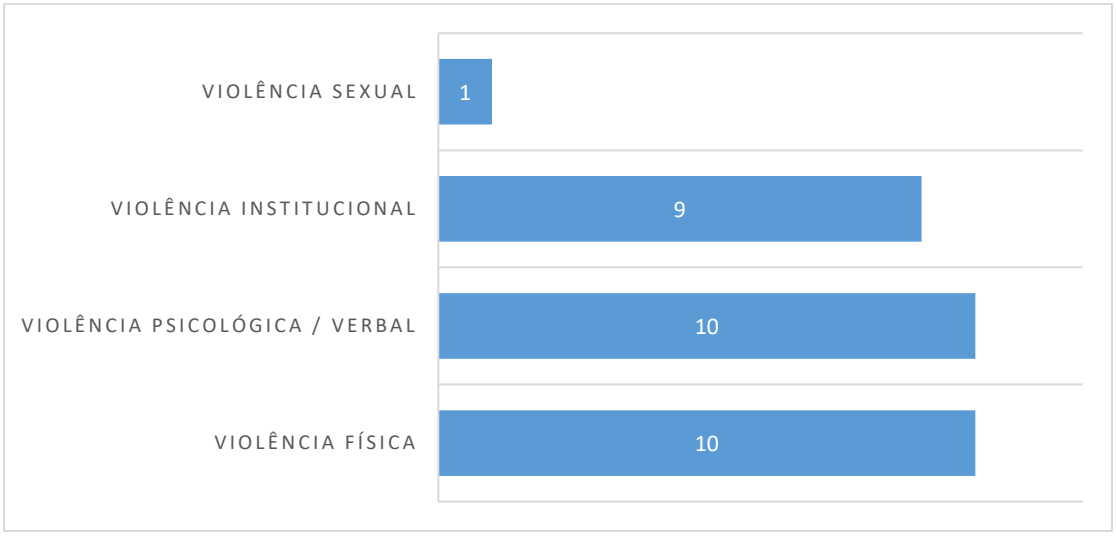
respeite a mulher e considere suas necessidades durante todo o ciclo gravídico-puerperal.

Quadro 2 – Matriz de identificação das modalidades de violência obstétrica nos artigos analisados (n = 10).

Autor(es) e Ano	Violência Física	Violência Psicológica / Verbal	Violência Institucional	Violência Sexual
Leal et al. (2018)	X	X	X	—
Moura et al. (2018)	X	X	X	—
Dantas et al. (2019)	X	X	X	—
Melo et al. (2020)	X	X	X	—
Veloso et al. (2020)	X	X	X	—
Brandão et al. (2022)	X	X	X	—
Mesquita et al. (2024)	X	X	X	—
Santos e Rosa (2024)	X	X	—	—
Anjos, Araújo e Lopes (2025)	X	X	X	—
Gomes et al. (2025)	X	X	X	X
Total de Estudos (n = 10)	10	10	9	1
Frequência nos Artigos (%)	100%	100%	90%	10%

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

Gráfico 1 – Frequência das principais formas de violência obstétrica identificadas nos estudos selecionados.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

Os percentuais apresentados nesta pesquisa foram obtidos a partir do mapeamento e da categorização dos dez artigos selecionados na revisão, identificando-se a presença explícita de cada modalidade de violência obstétrica nas produções analisadas, conforme detalhado no

Quadro 2. Cumpre ressaltar que os valores percentuais identificados (100% para violência física, 100% para violência psicológica/verbal, 90% para violência institucional e 10% para violência sexual) expressam exclusivamente a frequência de citação e abordagem temática dessas categorias no corpus literário investigado. Portanto, tais dados não correspondem a indicadores epidemiológicos de prevalência ou incidência de violência obstétrica na população de gestantes e parturientes.

A análise dos dados evidencia que as manifestações de violência física e psicológica/verbal foram unânimes, sendo identificadas em todos os dez estudos analisados (100%). A constância da violência física decorre da perpetuação do modelo tecnocrático hospitalar, no qual o parto é tratado como procedimento cirúrgico passível de intervenções desnecessárias. Práticas como o uso rotineiro de ocitocina sem indicação precisa, a realização de múltiplos toques vaginais por diferentes profissionais, a manobra de Kristeller e a imposição da posição de litotomia com restrição de movimentos convertem um processo fisiológico em uma experiência dolorosa e cerceadora da autonomia feminina.

De modo equivalente, a violência psicológica e verbal esteve presente na totalidade da amostra (100%), manifestando-se por meio de repreensões ao choro e aos gritos, deboches, infantilização e julgamentos morais direcionados à parturiente. Essas atitudes produzem constrangimento, medo e desamparo, demonstrando que a desqualificação da dor feminina ainda é naturalizada nas rotinas hospitalares. A persistência dessas agressões psicológicas é potencializada pelas falhas de orientação durante o pré-natal, situação que torna as mulheres mais vulneráveis por desconhecerem seus direitos e os limites da atuação profissional.

A violência institucional foi identificada em nove dos dez artigos (90%), refletindo a sobrecarga das equipes, a rigidez burocrática dos serviços e a precariedade estrutural das maternidades. Essa modalidade expressa-se na negligência do cuidado e, prioritariamente, no descumprimento rotineiro da Lei Federal nº 11.108/2005 (Lei do Acompanhante), quando as instituições restringem ou vetam a presença de alguém de escolha da parturiente sob justificativas administrativas.

Por sua vez, a violência sexual configurou-se como a categoria menos documentada, constando de forma explícita em apenas um estudo (10%). Essa baixa frequência não significa a ausência dessa prática nos serviços, mas reflete a dificuldade de notificação e o tabu em torno do tema na literatura de enfermagem. No contexto obstétrico, a dimensão sexual expressa-se por toques genitais repetitivos e desnecessários realizados sem consentimento, pela exposição

indevida da intimidade da mulher e pela sensação de invasão corporal vivenciada durante o atendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão narrativa de literatura permitiu analisar de forma aprofundada a atuação do enfermeiro na prevenção e na assistência frente à violência obstétrica, atingindo os objetivos propostos a partir da síntese de 10 artigos científicos. Os resultados evidenciaram que a violência obstétrica permanece como uma problemática marcante no ambiente hospitalar, manifestando-se com maior frequência nas dimensões física e psicológica/verbal, identificadas em 100% dos estudos analisados, seguidas pela violência institucional (90%) e pela violência sexual (10%).

Entre as principais condutas mencionadas na literatura, destacam-se as intervenções cirúrgicas e medicamentosas, como o uso indevido de ocitocina, a manobra de Kristeller e as episiotomias sem indicação, agressões verbais, julgamentos morais, a violação da autonomia da gestante e a não conformidade da Lei do Acompanhante (Lei Federal nº 11.108/2005). Diante desse cenário, fica evidente a importância do enfermeiro na desconstrução do modelo tecnocrático e na consolidação de um cuidado humano e seguro. A atuação do enfermeiro destaca-se pela prestação de orientações sobre direitos e procedimentos desde o pré-natal, acolhimento com escuta qualificada, aplicação de métodos não farmacológicos para alívio da dor, suporte emocional e defesa do protagonismo e da autonomia da mulher durante o parto.

Contudo, os achados revelam entraves significativos para o enfrentamento dessa realidade, como a dificuldade de reconhecimento de práticas violentas naturalizadas nas rotinas de atendimento e lacunas na formação ética e técnica dos profissionais.

Como implicações dos resultados para a assistência de enfermagem, os achados reforçam a necessidade de incorporar continuamente as tecnologias leves de cuidado na rotina das maternidades, promover a capacitação permanente das equipes em direitos humanos e assegurar o protagonismo da enfermeira obstetra na garantia de um parto seguro e respeitoso.

Quanto às limitações da revisão, destaca-se o uso exclusivo de dados secundários e o delineamento narrativo, que impede a mensuração estatística da prevalência da violência obstétrica na população, além da escassez de estudos primários de intervenção na literatura analisada.

Evidencia-se que a garantia de uma assistência digna não depende apenas da atitude

individual do enfermeiro, exigindo a promoção da educação permanente, o fortalecimento de políticas públicas voltadas aos direitos sexuais e reprodutivos e a adequação estrutural dos serviços de saúde. Por fim, é importante que novos estudos empíricos e de campo sejam desenvolvidos, a fim de se avaliar o impacto direto das intervenções de enfermagem na redução efetiva dos casos de violência obstétrica nas maternidades.

REFERÊNCIAS

ANJOS, A. N.; ARAÚJO, S. V. M.; LOPES, J. A assistência de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. **Revista Foco**, v. 18, n. 5, e8616, 2025.

BOHREN, Meghan A. et al. The mistreatment of women during childbirth in health facilities globally: a mixed-methods systematic review. **PLoS Medicine**, v. 12, n. 6, p. e1001847, 2015.

BRANDÃO, A.; PEREIRA, N. dos S. L.; MEIRELLES, P. P. da S.; JESUS, S. S. da S. de; CARVALHO, G. C. de. Atuação do enfermeiro obstetra na prevenção da violência obstétrica. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, v. 3, n. 2, 2022. DOI: 10.51161/rems/3402.

BRASIL. **Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005**. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília, DF: Presidência da República, 2005.

DANTAS, L. S. et al. **O papel do enfermeiro frente à violência obstétrica**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Centro Universitário de Patos (UNIFIP), Patos, PB, 2019.

DINIZ, Simone Grilo et al. Violência obstétrica como questão de saúde pública no Brasil. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 377-384, 2015.

GOMES, Melissa Ferrari et al. Violência obstétrica no cenário hospitalar: revisão integrativa. **Revista Ciência em Extensão**, v. 19, n. 1, p. 204-223, 2025. DOI: 10.23901/1679-4605.2025v19n1p204-223.

LEAL, Maria do Carmo et al. Intervenções obstétricas durante o trabalho de parto e parto no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, supl. 1, p. S17-S47, 2014.

LEAL, S. Y. P. et al. Percepção da enfermeira obstetra acerca da violência obstétrica. **Cogitare Enfermagem**, v. 23, n. 1, 2018.

MELO, A. da S.; SILVA, S. B. S. da; COSTA, F. B. da; BARBOSA, M. do S. A.; NASCIMENTO, K. C. do; REIS, R. P. dos. Assistência de enfermagem frente à violência obstétrica: um enfoque nos aspectos físicos e psicológicos. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 83635–83650, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n10-703.

MESQUITA, E. de P.; SANTOS, M. E. B. dos; PEREIRA, I. C. C.; FARIAS, J. V. M. de; SCHERER, A. Parto humanizado: o papel da enfermagem na prevenção da violência obstétrica. **Nursing** (Edição Brasileira), v. 28, n. 315, p. 9411-9415, 2024. DOI: 10.36489/nursing.2024v28i315p9411-9415.

MOURA, Rafaela Costa de Medeiros et al. Cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. **Enfermagem em Foco**, v. 9, n. 4, p. 60-65, 2018. DOI: 10.21675/2357-707X.2018.v9.n4.1333.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **WHO recommendations: intrapartum care for a positive childbirth experience**. Geneva: World Health Organization, 2018.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007.

SANTOS, J. H. V. dos; GUIMARÃES ROSA, A.; OLIVEIRA, L. D.; SANTOS, D. G.; FERREIRA, S. C. A percepção do enfermeiro frente à prevenção e aos impactos referente à violência obstétrica. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 4, p. 2531-2551, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n4p2531-2551.

SOUZA, Juliana P.; GUALDA, Dulce Maria Rosa. A violência obstétrica e seus impactos na vida da mulher. **Revista de Enfermagem**, v. 10, n. 4, p. 1234-1240, 2016.

VELOSO, A. C. F.; SILVA, L. S. R.; BARROS, P. G.; GOMES, R. R. T.; SANTOS, A. S.; OLIVEIRA, H. M. S. Atuação dos profissionais de saúde e o processo de humanização no centro obstétrico. **Nursing**, v. 23, n. 268, p. 4570-4579, set. 2020.